
TRAJETÓRIAS DO MOVIMENTO INDIGENISTA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Alyne F. Bessa¹
Andrea de Lima Ribeiro Sales²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma breve reflexão sobre o movimento indigenista na sociedade contemporânea e sua atuação. Não pretendemos esgotar o assunto, mas apontar que as lutas pela emancipação social e pela permanência histórica encontram-se tão vivas quanto às lutas antigas por direitos de base. Nesse sentido, os movimentos sociais indigenistas são entendidos aqui pelo que o líder indígena e escritor, Daniel Munduruku, conceitua de “índios em movimento”, representando as organizações tradicionais de cada grupo em busca de conquistas coletivas. Neste artigo, os movimentos sociais contemporâneos são analisados conforme o conceito de “redes de ação coletiva” de Goss e Prudêncio, no contexto da luta pela democratização das relações sociais. Da mesma maneira, nos utilizamos da teoria de Bauman sobre emancipação social, como a reapropriação do espaço público pela articulação de ações coletivas.

Palavras-chave: Movimento indigenista. Emancipação social. contemporaneidade.

TRAJECTORIES OF THE INDIGENOUS MOVEMENT IN CONTEMPORARY SOCIETY

ABSTRACT

This article aims to present a brief reflection on the indigenist movement in contemporary society and its performance. We do not intend to exhaust the subject, but to point out that the struggles for social emancipation and for the historical permanence are as alive as the old struggles for basic rights. In this sense, the indigenist social movements are understood here by what the indigenous leader and writer, Daniel Munduruku, conceptualizes of "Indians in movement", representing the traditional organizations of each group in search of collective conquests. In this article, contemporary social movements are analyzed according to Goss and Prudencio's concept of "networks of collective action" in the context of the struggle for the democratization of social relations. In the same way, we use Bauman's theory of social emancipation, as the reappropriation of public space by the articulation of collective actions.

Keywords: Indigenist movement. Social emancipation. Contemporaneity.

¹ Graduada e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atualmente Doutoranda do curso de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: alynebessa@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atualmente Doutoranda do curso de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: profesalles@gmail.com

TRAYECTORIAS MOVIMIENTO INDÍGENA DE LA SOCIEDAD EN CONTEMPORARY

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar una breve reflexión sobre el movimiento indígena en la sociedad contemporánea y sus actividades. No tenemos la intención de agotar el tema, pero señalamos que la lucha por la emancipación social y la permanencia histórica son tan reales como las viejas luchas por los derechos básicos. En este sentido, los movimientos sociales indígenas se entienden aquí por el líder indígena y escritor, Daniel Munduruku, concibe "indios" en movimiento, que representa las organizaciones tradicionales de cada grupo de búsqueda de logros colectivos. En este artículo los movimientos sociales contemporáneos se analizan de acuerdo con el concepto de "redes de acción colectiva" Goss y Prudencio, en la lucha por la democratización de las relaciones sociales. Del mismo modo, el uso de la teoría de la emancipación social de Bauman, como la re-apropiación del espacio público para la articulación de las acciones colectivas.

Palabras clave: Movimiento indígena. La emancipación social. Contemporáneos.

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS: O MOVIMENTO INDIGENISTA EM UMA SOCIEDADE GLOBALIZADA

A partir da segunda metade do séc. XX, com o fenômeno da Globalização, a desigualdade social é colocada em pauta como principal desencadeador dos conflitos que configuram o sistema social contemporâneo. Na preposição de um mundo globalizado, pluricultural e multiétnico, debruçado na produção de projetos de resistência de movimentos sociais e coletivos, a luta por reconhecimento e condições igualitárias, pautada pelos interesses das minorias, é emergente, propõe releituras das tensões que estruturam nossa sociedade e se faz combativa de uma desigualdade residual.

De acordo com Arroyo, os agentes que representam estas minorias passam também a pressionar o Estado³ por novas funções, seria esta “uma dinâmica política nova no campo das desigualdades ou dos coletivos pensados e segregados como desiguais na história de nossa formação⁴”. Esta “nova dinâmica política”, da qual nos chama atenção Arroyo, propõe a redefinição do papel do Estado frente o aumento e aprofundamento das desigualdades sociais (ARROYO, 2010, p. 1393-1396).

³ Não iremos entrar aqui na discussão sobre o papel que o Estado assume ou ocupa, mas no campo de ação dos coletivos frente às lutas por condições sociais mais igualitárias.

⁴ Para o autor, a formação de nossa sociedade é marcada desde a colonização, pela produção da desigualdade a partir das diferenças (2010, p. 1406).

O multiculturalismo irá assumir um caráter muito específico no Brasil, por se tratar de um país que sofrera muitas migrações desde a sua formação pelo colonialismo europeu, marcado então por diversos conflitos culturais. A especificidade do Brasil, em relação à questão multicultural, salienta-se muito em relação aos grupos indígenas e afrodescendentes. O presente artigo tem por objetivo apresentar uma breve reflexão sobre o movimento indigenista na sociedade contemporânea e sua atuação.

A partir dos anos de 1970, os indígenas se reuniram em busca de novas estratégias de conquistas coletivas e criaram várias organizações para fazer frente às representações nacionais e internacionais, constituindo o que se conhece hoje por movimentos indígenas organizados.

“Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos.” (BANIWA, 2006, p.58)

Segundo Goss e Prudêncio, na luta pela apropriação do espaço público, a ação coletiva deve ser entendida na articulação de redes⁵ de movimentos sociais diversificados, que se unem em defesa da equalização das condições sociais, formando redes de articulações estratégicas e expressivas de emponderamento. (2004, p.82). Nesse caso, o agenciamento coletivo desempenhado na tentativa de superar problemas de um mundo globalizado, pluricultural e multiétnico funciona como uma ponte entre a reocupação do espaço público, ou da defesa da cidadania, e entre os indivíduos marginalizados.

Ao propor a revisão do conceito de “movimentos sociais” pelo conceito de “ação coletiva⁶” de Mellucci, Goss e Prudêncio nos chamam atenção para a função comunicativa dos sujeitos coletivos de revelar e ressignificar problemas sociais invisibilizados e ou negligenciados pelo Estado, na exposição de suas demandas.

“Parece-nos importante frisar o papel de “meios de comunicação” que os atores coletivos assumem hoje [...] eles têm a capacidade de dizer à sociedade quais são seus problemas, revelam-nos para que sejam tomados como reais. Ou seja, oferecem uma nova leitura da realidade. É só a partir dessa ressignificação que algo pode ser visto como importante. Não atentar para isso

⁵ Referência a Scherer-Warren (2003).

⁶ Para as autoras, o conceito “ação coletiva” proposto, subentende a atuação dos movimentos sociais contemporâneos em uma rede de movimentos, onde são compartilhados elementos culturais e de identidade coletiva por “atores coletivos temporários”. Desta forma, o comportamento dos movimentos sociais é reinventado e ressignificado conforme o rearranjo dos grupos que os compõem. Neste caso, a definição do conceito de movimentos sociais, que aqui nos referimos, prevê a latência e a visibilidade destes na contemporaneidade de forma flexível, detendo-se então ao campo de ação.

em favor de uma exigência de “ações concretas” é fechar os olhos e perder de vista o que de mais interessante os movimentos sociais contemporâneos trazem.”(2004, p.89).

O Movimento indigenista é um exemplo de grupo social que se organiza em função da necessidade de se ampliar/criar o espaço de representação de grupos marginalizados e da dificuldade encontrada por esses indivíduos em ultrapassar as barreiras sociais, como segregação, discriminação, intolerância e sujeição, a considerar o histórico colonial e a herança da colonialidade⁷.

A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Uma das grandes conquistas do Movimento Indigenista, a partir da década de setenta, foram os acordos que levaram à construção de leis que ultrapassaram os limites da benevolência, até então propagada por muitos órgãos institucionais. O Movimento Indigenista alcançou os escritos da Constituição Federal de 1988, dando base às leis sobre educação escolar⁸ e saúde indígena.

Nesse sentido, os movimentos fazem parte das organizações e estão incluídos no que o líder indígena e escritor, Daniel Munduruku, conceitua de “índios em movimento”, representando as organizações tradicionais de cada grupo em busca de conquistas coletivas. Segundo Goss e Prudêncio, “[...] os movimentos sociais contemporâneos não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita, mas lutam pela democratização das relações sociais.” (2004, p.80).

Os projetos de resistência protagonizados pelos movimentos sociais e coletivos nesta nova dinâmica política, da qual fala Arroyo, estão fundamentados então, na conquista da emancipação social de grupos específicos, a partir de políticas e leis que ressignifiquem a representação e a ocupação no espaço público, pelo reconhecimento das diferenças e a oferta de condições sociais mais equalizadas. Em Arroyo,

⁷ Referência a propostas epistemológicas contra-hegemônicas, que fazem crítica aos efeitos da modernidade ocidental; e que consideram a colonialidade como constitutiva da modernidade (em estrutura e imaginário). Referência a intelectuais pós-coloniais que propõem a produção de um conhecimento crítico a partir dos subalternizados, tais como: Aníbal Quijano, Walter, Nelson Maldonado Torres, Ramon Grosfoguel e Catherine Walsh.

⁸ A política de ensino indigenista atravessou algumas fases, desde as missões de catequeses e civilização dos índios, passando pela política da FUNAI (a partir do ano de 1970), que teve como base programas de desenvolvimento comunitário, orientadas pela idéia de “recuperar o atraso”, até a realização de projetos alternativos pensados pelo Movimento indígena com a participação de organizações não governamentais, após ditadura “pela democratização e pela constituição de novos atores sociais no cenário político. A regulamentação escolar nas escolas indígenas e propostas legais, a partir da Constituição de 1988, marcam a última fase na década de 1990 (apud Alentejano, Alvarenga, Nascimento, Nobre 2012).

“As lutas pela educação do campo ou pela superação das desigualdades de gênero, de orientação sexual ou as ações do movimento negro por políticas afirmativas, pelo estatuto da igualdade racial no trabalho, no sistema educativo, nas diversas instâncias do poder, no judiciário, são lutas eloquentes por justiça e equidade. [...] Os movimentos sociais de dentro dos espaços públicos abertos pressionam por outros estilos, outros critérios de políticas. Outras políticas. Outros atores políticos. Outro Estado”. (2010, p. 1402, 1411).

Esta luta por “condições igualitárias” está fundamentada não só na conquista por acesso e permanência, pela oferta e garantia de bens de base, mas na produção e na preposição de alternativas outras de políticas, de padrões, de perspectivas, de modos de viver, entre outras coisas. São projetos para além da coexistência da diversidade dos grupos sociais. Projetos que almejam a garantia da manifestação das diferentes práticas e das maneiras de ser, e ou de pensar, de almejar, bem como do reconhecimento destas no compartilhar do espaço público.

Uma experiência de resistência

O ano de 2006 foi marcado por um período em que diversos grupos indígenas urbanos e aldeados ocuparam o prédio histórico onde funcionou a sede do primeiro Museu do índio situado no bairro Maracanã, Rio de Janeiro. Ali formaram e formalizaram o que eles chamaram de Aldeia Maracanã cujo objetivo era evitar a demolição do prédio para construção de estacionamento para as Olimpíadas em 2016.

Foram realizadas atividades culturais destinadas para escolas e quem mais desejasse participar, refúgio para indígenas, que vinham de outros estados em busca de melhores condições de vida, e construção de projetos futuros para uma Universidade Indígena, que terminou por não ser concretizado.

Depois de enfrentamentos políticos e policiais, saídas e retornos, em agosto de 2013, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) tombou provisoriamente o prédio. O Estado encaminhou os indígenas que ali estavam para outro bairro, deixando a construção vazia e sem previsão de restauro. Neste caso, podemos ver a importância das redes de ação coletiva nos processos de resistência e de reapropriação do espaço público, na conquista da representação social. Como podemos ver em Goss e Prudêncio:

“[...] se antes cabia aos cidadãos à defesa da esfera privada contra a invasão das tropas da esfera pública e do Estado opressor, hoje se trata de defender o domínio público. Esse papel é desempenhado pela ação coletiva, que se direciona para a articulação em redes, como um tipo de resposta aos problemas gerados pela globalização.” (2004, p.82).

As autoras citadas acima, afirmam que diante da “intensificação do processo de individualização⁹” do mundo globalizado, as redes de movimentos sociais assumem um protagonismo em um papel de contraposição aos “atores políticos-econômicos internacionais”. Desta forma, as redes de movimentos sociais são fundamentais na configuração da “ponte” entre o indivíduo e o cidadão, uma vez que ampliam o debate público e agenciam as lutas por demandas sociais.

Em 13 de Julho de 2016 o que se viu no atual Museu do Índio, situado em Botafogo, foram ações violentas efetuadas por um grupo dissidente do movimento da ocupação anterior, denominado Aldeia Resiste. Estes não receberam apoio das *redes de movimento*, ou seja, de outros indígenas, instituições ou demais grupos militantes. (GOSS, 2004 p.83). O grupo dissidente em questão foi repudiado por diversos povos indígenas, pois realizaram atos contrários a qualquer objetivo coletivo. Eles alegavam que o objetivo da ocupação era ter o prédio tombado de volta, para estabelecer moradia no espaço.

O caso do Museu do Índio apresentou um quadro agravante, pois existiram relatos de destruição de acervos históricos e centenários, reconhecidos por representarem a memória e História de diversos grupos indígenas. Alguns deles dizimados.

Em julho de 2016, muitas cartas de repúdio de diversas organizações indígenas chegaram à imprensa, outras ainda foram fixadas em murais e/ou gravadas em grupos de redes sociais. Todavia a reintegração foi declarada e o pequeno grupo permaneceu acampado e ocupando o Museu.

Neste último caso, podemos perceber a orientação de uma ação individual contrária à orientação de ação coletiva dos movimentos sociais indigenistas. Todavia, na época houve um esforço em compartilhar à importância de um patrimônio histórico representativo para história indígena e do país, frente à ameaça de demolição que daria lugar a estacionamentos para as Olimpíadas de 2016.

A depredação dos acervos de patrimônio público foi entendida como ações de extrema violência simbólica pelos grupos do movimento indigenista que se organizam coletivamente. Neste cenário, a ocupação estava pautada na reivindicação de bens materiais, contudo o conflito gerado abriu o precedente para a ampliação do debate sobre a defesa de bens simbólicos de representação social.

⁹ Referência fundamentada em Bauman.

Podemos perceber então, que diante do conflito, este apresenta duas lutas, uma interna, pela articulação de diferentes demandas que organizam os grupos em redes de movimentos sociais indigenistas; e outra externa, pela garantia de direitos, pela ampliação do debate na esfera pública e pela exposição de demandas das minorias contra o sistema hegemônico.

É provável que se enquadre no que Bauman afirma como fenômeno da liquidez das relações pessoais, que se apresentam individualizadas e por consequência, distanciada da produção de objetivos coletivos.

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro (BAUMAN, 2001, p. 12).

Neste caso, o conflito teve a função de denunciar, de dar visibilidade a um problema que é específico da sociedade contemporânea. Uma vez que o Estado não consegue comportar as demandas dos “atores políticos-econômicos internacionais” de um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que incorpora as demandas de minorias por direitos de base, mas também por reconhecimento, representação e emancipação social.

“Esperava-se que o perigo viesse e os golpes desferidos do lado ‘público’, sempre pronto a invadir e colonizar o ‘privado’, o ‘subjetivo’, o ‘individual’. Muito menos atenção – quase nenhuma – foi dada aos perigos que se ocultavam no estreitamento e esvaziamento do espaço público e à possibilidade da invasão inversa: a colonização da esfera pública pela esfera privada. E, no entanto essa eventualidade subestimada e subdiscutida se tornou hoje o principal obstáculo à emancipação, que em seu estágio presente só pode ser descrita como a tarefa de transformar a autonomia individual de jure numa autonomia de facto (BAUMAN, 2001, p. 62).

Para Bauman, a conquista da emancipação social exige a retomada e apropriação do espaço público pela articulação de ações coletivas. É necessário neste sentido, unir interesses particulares e individuais em demandas coletivas, a fim de alcançar não só a autonomia individual, mas a autonomia representativa, “cidadã”.

Nesse sentido podemos nos questionar sobre a formação escolar recebida pelos indígenas em um contexto onde se exige cada vez mais a formação de sujeitos habilitados para multitarefas. Um ser que não se resume a formar o reprodutor de atividades mecânicas ou voltado para conquista de objetivos individuais.

O que se pretende alcançar, mesmo que pareça um sonho utópico, é um ensino que vislumbre as educações tradicionais atreladas com os objetivos dos grupos e suas conquistas coletivas.

Assim, voltamos à reflexão inicial: o que se tem oferecido no modelo escolar indígena? Projetos, currículos e metodologias construídos por quem e por quê? Não pretendemos abordar essa temática neste espaço apenas instigar as reflexões interiores sobre o que se tem praticado em uma educação escolar nominada indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro apresentado, ao longo do texto apontamos que as demandas dos sujeitos que compõem a rede de movimentos sociais contemporânea estão para além das lutas por direitos de base. Da mesma forma, salientamos a importância do papel que exercem os agentes da rede de movimentos sociais organizados na luta pela exposição e conquista de demandas das minorias.

Focalizamos a atuação de agentes da rede do movimento indigenista em dois períodos e locais distintos, porém com objetivos aproximados. Não pretendíamos esgotar o assunto, mas salientamos que as lutas pela emancipação social e pela permanência histórica encontram-se tão vivas quanto às lutas antigas por direitos de base.

Neste artigo, os movimentos sociais contemporâneos foram analisados conforme o conceito de “redes de ação coletiva” de Goss e Prudêncio, no contexto da luta pela democratização das relações sociais. Da mesma maneira, nos utilizamos da teoria de Bauman sobre emancipação social, como a reapropriação do espaço público pela articulação de ações coletivas.

Procuramos retratar aqui o lugar da resistência e das reivindicações que se encontra refletido nos movimentos de ocupações, na ampliação do debate público pela participação de agentes organizados em redes e no protagonismo na luta pela conquista da representação social.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M.; NASCIMENTO, R.; NOBRE, D. & ALENTEJANO, P. (ORGs). *Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores: Outras questões, outros diálogos*. Rio de Janeiro: EdUFRJ. 2012.

ARROYO, Miguel G. *Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados*, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17>. Acessado em 19/07/2016.

BANIWA, Gersem dos S. Luciano. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: *Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*. LACED/Museu Nacional, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MUNDURUKU, Daniel. Movimentos indígenas ou índios em movimento. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. M. (Org.). *O campo no Século XXI: território da vida, de luta e de construção da Justiça social*. São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004. 372 p.

GOSS, Karine Pereira e PRUDÊNCIO, Kelly. *O conceito de movimentos sociais revisitado*, 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/issue/view/1353>. Acessado em 19/07/2016.